

Diário da Assembleia

Nº 3.030

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 58.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 8 de maio de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos srs. Deputados Lázaro Dumont e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (39); achando ausentes os srs. Deputados: João Mansur — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Ivo Thomazoni — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Ovídio Franzoni e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
 com a presença de 39 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 23-74, que objetiva majorar a partir de 1.º de março do corrente ano, os vencimentos dos Cargos Efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da P.M.E. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, às 14,00 horas com seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 11-74.
 Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 59.ª Sessão Ordinária
Realizada em 8 de maio de 1974 - (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos srs. Deputados Iris Caldart, e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (39); achando ausentes os srs. Deputados: João Mansur — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Ivo Thomazoni — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Ovídio Franzoni e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de Ordem. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados.
 (E procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 29 srs. Deputados. A Sessão prossegue.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 40, 45, 46 e 47-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

144-73: do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares que dá nova Redação ao parágrafo único do artigo 1.º da Lei n.º 4.763 de 5.11-63 (Pensão Viúvas Suplentes de Deputados), o qual convertido em Lei tomou n.º 6.530. — **Agradeça-se.**

184-73: Do Senhor Deputado Antonio Belinati que declara de utilidade pública, a Associação de Assistência Social de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.531. — **Agradeça-se.**

262-73: Do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade

pública, a Sociedade Educacional "Rainhas das Missões de Londrina", o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.532. — **Agradeça-se.**

220-73: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva que denomina Grupo Escolar Odete Borges Botelho, o atual Grupo de Pitangueiras, Município de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.533. — **Agradeça-se.**

Sob os n.ºs 39 e 48-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs:

193-73: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni que visa dar nova redação aos parágrafos 1.º e 11 do Artigo 5.º da Lei n.º 5.615 de 11 de agosto de 1967. — **A C.C.J.**

125-69: Do Senhor Ex-Deputado Estadual José Alencar Furtado, o qual visa criar um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar junto ao Ginásio Estadual, a partir do próximo ano letivo. — **A C.C.J.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 11-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer dispensa de publicação da Redação Final, dos Projetos de Lei n.ºs 264-68, 87, 98, 99, 115, 118; 123; 130; 136, 140, 180, 181; 185 186; 187; 195; 204; 258 e 287-73.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1974.

a) Jorge Sato.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, ouvido o Plenário, inclusão na Ordem do Dia, da Sessão de quinta-feira, 9 de maio, do Projeto de Lei n.º 280-73 que se encontra em condições de ser apreciado.

Sala das Sessões em 8 de maio de 1974.

a) Emilio Carazzai

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pela nomeação do Dr. Newton Parodi, como consul de Honduras no Paraná.

O Dr. Newton Parodi é um dos brilhantes advogados curitibanos que integra a tradicional família Parodi.

Sua nomeação como consul do amigo País, veio trazer grande satisfação a todos quantos privem de sua amizade honrando também o Paraná, pela sua escolha.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente dê-se ciência da decisão, ao homenageado.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofícios ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando às Ss. Exas. que se dignem determinar as medidas necessárias objetivando a urgente construção de um Grupo Escolar no Município de Matelândia, na localidade de Ramilândia.

Apesar de inúmeras afirmativas assegurando que ao início do corrente ano letivo a referida obra estaria concluída, até o momento nada foi realizado, provocando sérios problemas.

O atual Grupo Escolar que atende os moradores de Ramilândia não dispõe de mínimas condições de higiene e de funcionamento, além de deixar de atender, por absoluta falta de espaço, aproximadamente 500 crianças.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1974.

(a) Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

O propósito do Governo Federal de expandir e aprimorar nosso sistema de transportes ferroviários, torna válida pretensão justa de uma região de alta produtividade e que tem oferecido aos cofres públicos apreciável soma de recursos. Como se sabe a Estrada de Ferro da Rede Viação Paraná - Santa Catarina pertencente à Rede Ferroviária Federal, tem os seus trilhos implantados até o Município de Cianorte. Pleiteia-se com justificada razão que seus trilhos sejam estendidos de um lado até o Município de Campo Mourão e de outro até Guaiara. Salienta-se tratar de região dotada de condições topográficas favoráveis à concretização de tal benefício, já que dispensará a realização de obras vultosas.

O atendimento de tal reivindicação virá representar alto investimento para o País, já que proporcionará melhores condições para o escoamento da produção, estimulando agricultores e pecuaristas. Municípios em desenvolvimento, como Iporã, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa do Oeste e outros, que produziram na presente safra cerca de doze milhões de sacas de soja, encontrarão neste melhoramento uma mola propulsora para o progresso. Além da enorme produção de soja e outros cereais, o café proporcionará à estrada solicitada, grande volume de transporte. É válido salientar ainda que a construção da Hidrelétrica de Itaipu, fonte de progresso, por motivos óbvios a tornará de maior utilidade. Em razão do exposto o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado ao Senhor Ministro dos Transportes Gen. Dirceu Araujo Nogueira, expediente solicitando especial atenção para o problema.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1974.

(a) Alvaro Dias

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 51-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1974.

(a) Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA — A Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na cidade de Londrina, que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche

todos os requisitos para atingir seu fim, pois tem seus estatutos registrados no Cartório de Pessoas Jurídicas competentes; vem funcionando de forma efetiva desde 1966; tem por fim a construção, administração e manutenção de obras, visando o amparo espiritual, moral e material dos pobres. Finalmente os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim pois, levamos o presente Plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 52-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Santa Lúcia, no Município de Capitão Leônidas Marques, tem apresentado vertiginoso crescimento nos últimos anos, acompanhando desta forma como é natural, o desenvolvimento de toda a região oeste do Estado.

Tal evolução, provoca também é claro, o afluxo de novas populações àquela região, trazendo em consequência, razoável aumento do índice demográfico ali verificado até antes do fenômeno desenvolvimentista ali implantado, através da adoção de novas formas de culturas.

Por esta razão, achamos por bem, apresentar o presente Plano de Lei, uma vez que já é bastante elevado o número de crianças com o curso primário já concluído e que, necessitam prosseguir em seus estudos.

Como é natural, são inúmeras as dificuldades encontradas pelos mesmos para a evolução de seu aprendizado, uma vez que, não possui a sede de seu distrito um ginásio estadual.

E muito pouco são os que dispõem de recursos próprios que lhes permitam estudar em outros Municípios ou até mesmo na sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Temos portanto a absoluta certeza de que, o presente Plano de Lei, encontrará em face de tudo o que até o presente momento foi exposto, todo o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa, para que tenha Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, a oportunidade de dotar a sede do Distrito de Santa Lúcia, ao Município de Cap. Leônidas Marques, de condições para que aquela Região tenha cada vez mais um desenvolvimento maior, em benefício não só de sua gente, mas de toda aquela Região e em contrapartida de todo o Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 53-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada em entidade de Fundação Estadual, a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE FRANCISCO BELTRÃO.

Art. 2.º — A Fundação, terá regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

- pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem expressamente destinados;
- pelos saldos dos exercícios financeiros; e
- pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidade Federal, Estadual e Particulares.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

- auxílios constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;
- auxílio e contribuição constantes do Orçamento da União e dos Orçamentos dos Municípios;
- taxas e emolumentos escolares;
- rendas patrimoniais;
- rendimentos de serviços prestados; e
- auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

- Conselho de Curadores;
- Congregação;
- Diretoria;
- Conselho Departamental; e
- Departamentos

§ 1.º — O Conselho de Curadores, composto de seis (6) membros, nomeados pelo Governador, terá a função de aprovar o Orçamento Anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no regulamento;

§ 2.º — A Congregação será constituída pelos professores Catedráticos, Professores de Ensino Superior, Professores Interinos, Regentes de Cátedras vagas, representantes dos demais Docentes e do Corpo Discente;

§ 3.º — O Diretor será nomeado pelo Governador para cargo em Comissão, com o mandato de dois (2) anos, dentre professores em exercício, eleito em lista tripartite pela congregação, podendo ser reconduzido duas (2) vezes;

§ 4.º — O Conselho Departamental será composto pelos chefes de Departamento e de representantes do corpo discente; e

§ 5.º — Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art. 6.º — Os Membros do Conselho de Curadores terão mandato de seis (6) anos renovável um terço (1/3) de dois (2) em dois (2) anos.

§ 1.º — O Conselho será nomeado pelo Governador dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo dois (2) membros por dois (2) anos, dois (2) por quatro (4) anos e dois (2) por seis (6) anos; e

§ 2.º — As vagas serão preenchidas por nomeação do Governador, por membros indicados em lista tripartite pelos membros restantes do Conselho de Curadores.

Art. 7.º — Fica fixado em trinta e dois (32) o número de matérias que constituirão os currículos mínimos dos cursos de: Licenciatura em Ciências;

Geografia; História; Letras; e Licenciatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão.

§ 1.º — As matérias mencionadas neste artigo terão as seguintes denominações:

- Licenciatura em Ciências:
 - Matemática
 - Física
 - Química
 - Ciências Biológicas
 - Elementos de Geologia
 - Desenho

- Geografia:
 - Geografia Física
 - Geografia Biológica
 - Geografia Humana
 - Geografia Regional
 - Geografia do Brasil
 - Cartografia
 - Sociologia
 - Antropologia Cultural

- História:
 - História Antiga
 - História Medieval
 - História Moderna
 - História Contemporânea
 - História da América
 - História do Brasil
 - Sociologia
 - História da Filosofia

- Letras:
 - Língua Portuguesa
 - Literatura Brasileira
 - Literatura Portuguesa
 - Língua Latina
 - Linguística
 - Língua Inglesa e Norte Americana
 - Teoria da Literatura

- Licenciatura:
 - Psicologia, Adolescência e Aprendizagem
 - Elementos da Administração Escolar
 - Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado.

§ 2.º — A seriação de matéria será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à homologação dos Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Art. 8.º — Para regularizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia, fica criado o Quadro Próprio da Fundação, composto de:

- (um) Diretor
- 32 (trinta e dois) Professores Catedráticos
- 32 (trinta e dois) Professores de Ensino Superior
- 32 (trinta e dois) Professores Instrutores
- 15 (quinze) Professores Assistentes
- 1 (um) Secretário
- 1 (um) Oficial Administrativo
- 1 (um) Arquivista
- 1 (um) Contador
- 1 (um) Bibliotecário
- 1 (um) Datilógrafo
- 2 (dois) Laboratoristas
- 2 (dois) Escribas
- 1 (um) Inspetor de Alunos
- 1 (um) Almoxarife
- 2 (dois) Serventes

§ 1.º — A escolha do Secretário deverá recair em pessoas estranhas ao Quadro do Estabelecimento, e deverá ser portadora de título universitário; e

§ 2.º — Os níveis de vencimentos dos cargos criados pelo presente artigo serão correspondentes às classes únicas ou iniciais das séries de classes do Quadro Único do Poder Executivo, e, os professores terão nível de vencimentos do ensino superior.

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), destinado a cobrir despesas com a instalação da Faculdade criada nesta Lei.

Art. 10.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1974.

(a) Aryzone Araujo

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta data, formulamos um Requerimento que submetemos a este Plenário; pretendo dos Srs. Deputados a sua aprovação no sentido de que seja enviado ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, um veemente apelo, cujo Requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que,

Considerando, ser a cidade de Foz do Iguaçu, um dos mais importantes centros do País, mercê as belezas naturais de Cataratas do Iguaçu, divisas com Argentina e Paraguai moderno aeroporto internacional, Ponte da Amizade e ligação asfáltica pela BR-277, bem como a mais próxima da futura hidrelétrica de Itaipú.

Considerando, por isso mesmo, tratar-se de um dos mais importantes centros do País constantemente visitado por milhares de turistas, vindos de to-

das as partes do mundo além de, ali constantemente, ser sede de importantes reuniões políticas administrativas e sociais; Considerando em contraposição, ser uma das cidades mais desatendidas, sem higiene, conforto e condições mínimas ao atendimento de milhares de turistas, não obstante o trabalho e esforço de particulares (de pessoas, firmas e empresas), ruas poe-rentas, esburacadas, ou barrentas sem esgotos, sem asfalto, ou calçamento, nenhuma urbanização, enfim.

Respeitosamente, vem formular veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, Doutor Maurício Rangel Reis, no sentido de que, considerando tratar-se de um centro dos mais importantes do Brasil, pelas razões acima expostas e considerada Zona de Segurança Nacional, com Prefeito nomeado, sede de um batalhão de Fronteiras, Alfândega, Polícia Federal e Unidade da Marinha, para que, proceda estudos urgentes no sentido de que o Governo Federal tome a si a responsabilidade de implantação dos serviços necessários a urbanização e execução das inúmeras obras que ali se fazem necessárias.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1974.

Ao solicitarmos o apoio dos Srs. Deputados ao nosso Requerimento, após os termos, explicações e explanações do mesmo, desnecessário qual-quer outro argumento.

Rogamos aos Srs. Deputados que dêem apoio e acolhida a este nosso Re-querimento no sentido de que o mesmo seja enviado, urgentemente, ao Sr. Ministro do Interior, a fim de que as providências cabíveis, necessárias e inadiáveis sejam tomadas com respeito à cidade de Foz do Iguaçu. Porque, Srs. Deputados, Foz do Iguaçu é, efetivamente, um cartão de visita não só do Paraná mas do Brasil, mercê as maravilhas que ali existem, as Cataratas, a Ponte da Amizade e muitas outras obras, pois recebe turistas de todo o mun-do, e está completamente desprovida dos mínimos requisitos de higiene e de atendimento de hospedagem a turistas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de re-gistrar as presenças, neste Plenário, do Sr. Prefeito de Kaloré e do Sr. Pre-sidente do Sindicato daquela cidade.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, primeiro orador ins-crito para o Grande Expediente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em data de 18 de agosto de 1973, foi encaminhado o autógrafo referente ao Projeto de Lei n.º 61-73 que, fixava o número de vereadores para as Câ-maras Municipais. Em 22 de outubro, presumindo-se que tempestivamente, S. Exa., o Sr. Governador do Estado encaminhou a esta Casa o veto integral do referido Projeto de Lei.

Estranhamente, Sr. Presidente, esse veto não foi discutido nem votado por esta Casa, apesar de que o Sr. 1.º Secretário, em data de 22 de outubro de 1973, houvesse encaminhado a matéria à Comissão de Constituição e Jus-tiça.

Tomou a proposição não discutida nem votada e arquivada, o número 32-73. Já tivemos oportunidade de nos referir a esse fato, como nos referimos também ao veto apostado parcialmente pelo Sr. Governador, à lei complemen-tar n.º 2, que também não chegou a ser apreciado por esta Casa.

Desejamos ressaltar, para que aquilo que possa ser corrigido, receba a de-vida correção, alguns tópicos desses dois vetos, para que a Casa possa cons-tatar que matéria realmente importante essa, sob o aspecto formal, deixou de ser apreciada e de receber desta Casa os necessários reparos.

Vejam, por exemplo, Srs. Deputados, que a Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2, no seu artigo 42, ao tratar da competência do Pre-sidente da Câmara para convocação de Sessão Extraordinária, deixou o arti-go 42 com essa redação:

"A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito quan-do houver matéria de interesse público e urgente a deliberar". Entretanto, o veto deixou que o Projeto permanecesse por inteiro em seu Artigo 35, Inci-so 13, que estabelece contraditoriamente a competência ao Presidente da Câ-mara de convocar a Câmara extraordinariamente quando houver matéria de interesse público e urgente a deliberar. Portanto, o veto que não poderia examinar ou não examinou, digo melhor, convenientemente o Projeto, vetou-o numa parte e deixou de vetar a outra parte correspondente. Mais adiante no Artigo 67, o veto se fez sentir retirando do Projeto, com a matéria que vinha inovar a competência legislativa dos Municípios no tocante à iniciativa para atribuir prazo para a sua apreciação a projetos também apresentados pelos Vereadores, desde que contivesse o Projeto a assinatura de 1/3 ou 1/4 dos seus membros. Essa matéria mereceria a sua reapreciação por esta Casa, pela sua importância foi visceralmente excluído do Projeto.

Outro dispositivo importante. O Artigo 109 do Projeto que foi também excluído pretendia autorizar o Município a fazer cessão para serviços tran-sitórios de suas máquinas e operários da Prefeitura, mediante recolhimento de remuneração arbitrárias em certos casos previstos em Lei Municipal. Pa-ra quem vive a vida do nosso interior, um interior eminentemente agrícola, sabedor das necessidades de nossos lavradores com relação a maquinárias e muitas vezes elementos técnicos especializados para o trabalho de suas la-vouras, sabe da importância desse dispositivo e que vinha, além do mais, cor-rigir uma distorção muitas vezes feitos em caráter até de politiquice por al-guns Prefeitos menos avisados. O Artigo visava disciplinar de modo a que o Município atendesse aos seus lavradores e estes pagassem ao Município a re-tribuição correspondente por aqueles serviços.

A exclusão impede total atendimento, a não ser que o Prefeito queira cor-rer o risco de incorrer em um procedimento que lhe poderá trazer sérios dissabores perante a Justiça criminal. Estes aspectos da Lei Orgânica por si, só, revelam a importância da apreciação do veto do Sr. Governador do Estado, a um projeto tão relevante como o da Lei Orgânica dos Municípios, por esta Casa, no entanto, o Poder Executivo vetou o Projeto e a Casa não tomou conhecimento do veto que assim foi arquivado, e a Lei passou a ter vigência com as imperfeições entre outras, que tive a oportunidade de apontar.

Com relação à Proposição 32-73, do Projeto de Lei que este Deputado foi autor, vetado pelo Sr. Governador do Estado, desejamos também apor alguns reparos, já que não nos é dada a oportunidade de discutir e rever o veto. Diz o Sr. Governador do Estado ao vetar o Projeto:

1 — "Dispõe o autógrafo sobre a fixação do número de Vereadores às Câ-maras Municipais, nos limites que especifica, a serem observados a partir do próximo período legislativo.

2 — A negativa de sanção do Plano de Lei em exame decorre da forma como está lançada a medida, inteiramente conflitante com as disposições da Lei Complementar Estadual n.º 2, de 18 de julho de 1973, que em seu artigo 28, diz textualmente:

"Art. 28 — A Câmara Municipal é constituída de Vereadores, eleitos na

forma estabelecida em lei, em número ímpar, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem su-perior a vinte e um.

§ Único — O número de Vereadores em cada legislatura, será alterado por lei estadual, de acordo com o disposto neste artigo, tendo em vista o to-tal de eleitores inscritos no Município até 180 dias antes da eleição munici-pal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral".

4 — Ademais, o Projeto de Lei em cause, fazendo menção expressa a "pe-ríodo legislativo", implicará em sérias distorções de interpretação, eis que tanto a Carta Magna da Nação como a Constituição do Estado consagraram o termo "Legislatura", para definir o que deva ser entendido como duração de mandatos legislativos. A prevalecer a redação contida no Art. 1.º do Plano de Lei ora vetado, dúvidas por certo surgiriam, mormente no tocante à vigência da nova composição numérica das Câmaras Municipais.

5 — Por outro lado, ainda que fosse superada a dúvida de conceito e ter-minologia antes apontada... (Continua a leitura no horário das 3,20).

A primeira parte, com o respeito que me merecem as alegações do Poder Executivo através do seu ilustre Governador, não tem a procedência que S. Exa. pretenda que tenha. O Artigo 1.º do Projeto diz claramente:

"Para os fins do disposto no Artigo 107 da Constituição Estadual, o nú-mero de Vereadores nas Câmaras Municipais fixadas as proporções dos elei-tores inscritos nos respectivos Municípios, dentro dos seguintes limites a se-rem observados no próximo período legislativo.

Nada vemos que possa abonar com a interpretação deste texto.

Nem nos parece que possa causar dúvidas, a expressão legislativa ao invés de legislatura. Porque ela está precedida de período legislativo. O que torna bastante claro o enunciado, o pretendido pelo texto.

Após dar os números correspondentes às Câmaras, de acordo com o nú-mero de eleitores, o artigo do projeto estabelecia: "A Câmara Municipal, ten-do em conta os dados fornecidos pela Justiça Eleitoral, no Município, fixará o número de Vereadores com base nos eleitores inscritos até 30 de junho do ano em que se realize as eleições municipais.

Por onde se constata a total improcedência das alegações governamentais, com relação à possibilidade de qualquer confusão entre os vocábulos "Legis-lativa" e "Legislatura", porque a fixação de número de Vereadores diz respeito a sempre que houver eleições municipais. Consequentemente, para o início de cada mandato legislativo correspondente a uma legislatura completa.

Portanto, uma mera alegação, sem nenhum suporte jurídico e que ante o próprio projeto torna claro a sua improcedência. Queremos registrar ainda os argumentos finais do Sr. Governador do Estado, para que fique constando desta Casa, como também da total improcedência em razão de que S. Exa. como argumento de voto, ao referido projeto, conclui.

Por outro lado ainda que fosse superada a dúvida de conceito de termino-logia, antes apontada, a disposição vinda no art. 2.º, peca por fixar data — 30 de junho — contrariando frontalmente o mandamento da Lei Complemen-tar n.º 2-73 — LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS — onde está consignado expressamente que a verificação do número de eleitores em cada Município, para efeito de composição das respectivas Câmaras, far-se-á com base no to-tal dos eleitores inscritos "até 180" dias antes da eleição municipal", não se justificando, portanto, a fixação de data certa e peremptória para verificação de tal requisito legal básico".

O que não prejudica, data vênica, é o conceito total do projeto ante esta alegação, que nós aceitamos. Até seria aceitável e para que não prevalecesse, bastaria que houvesse o veto parcial ao artigo 2.º e excluindo até 30 de junho, ficando o artigo redigido da seguinte maneira: — "A Câmara Municipal tendo em conta os dados fornecidos pela Justiça Eleitoral no Município, fixará o número de Vereadores, com base nos eleitores inscritos no ano em que se rea-lize as eleições municipais". Porque o prazo já está fixado na Lei Orgânica dos Municípios.

Portanto, poderia ser dispensada sua fixação no projeto. O que cabe afa-nal acentuar o veto se insurge contra a transferência para a área municipal, da competência para fixar essa manifestação, uma vez que, no artigo 3.º do projeto, se estabeleceu que as Câmaras Municipais, em sessão extraordinária, cumpriram o disposto nessa Lei.

O que se pretendeu foi valorizar o Poder Legislativo Municipal, fato esse já anteriormente seguido por outros Estados da Federação, inclusive o Es-tado do Rio Grande do Sul. Injustificável, portanto, o veto apostado pelo Sr. Governador do Estado, sem embargo do respeito que se faz merecedor de quantos militam nesta Casa, desejamos que este registro possa servir de base a que fatos dessa natureza não venham a se repetir em relação ao Poder Le-gislativo, quando nos cabe, não só nesta Casa, mas principalmente fora dela, enfrentar críticas por parte daqueles que, ou por falta de compreensão, ou por não verem o alcance do que representa o Poder Legislativo, querem mes-mo que o Poder Legislativo seja, cada vez mais, desvalorizado.

Deixo, com estas minhas palavras, este alerta despretençioso de quem pro-cura, através muitas vezes do trabalho, até anônimo, valorizar o Poder, e quer ver o seu Estado servido de leis que não só resolvam os problemas existentes em todo seu território, mas, também, de feitura aceitável e não sirvam, muitas vezes, de piada para aqueles que, examinando-as, vejam erros crassos dentro de uma legislação carente de importância transcendental, como é a Lei Orgâ-nica dos Municípios.

Estranhável, por fim, que dois vetos de tamanha importância não tives-sem vindo para esta Casa para serem discutidos e analisados. Já tivemos opor-tunidade de fazer referência a esses dois projetos, a ausência das proposições relativas aos vetos, anteriormente, antes mesmo de se vencer o prazo de sua apreciação e acredito que é o pensamento e a intenção de todos aqueles que aqui militam, valorizar o Poder Legislativo, para que este Poder que repre-senta o poder civil, cuja pretensão maior é ter nos dias os mais breves possí-veis, os destinos de nosso Estado e os destinos de nosso País nas mãos, fatos dessa natureza não se tornem a repetir. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anun-ciar a presença neste Plenário, do nobre Sr. Deputado Alencar Furtado, re-presentante do Paraná na Câmara Federal, bem como a presença do Sr. Paulo Gorski, Presidente do Diretório Municipal do MDB de Cascavel.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Co-missão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Instituto Santa Maria, fundado na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA. — **Aprovada a Emenda. Aprovado o Projeto.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 73-73, que objetiva doar ao Município de Rio Azul área de terreno rural, com 4 (quatro) alqueires, de propriedade do Estado e situada na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-73, de autoria do Deputado Arizone Araújo, que declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03-74, de autoria do Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior — CECEX —, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18-74, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei alterando na forma que especifica, as denominações das vagas de Oficiais nos Quadros de Especialistas da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede na cidade de Araucária. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-73, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-73, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207-73, de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo denominar "Professor Altair Mongrue", um Estabelecimento de Ensino do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 207-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Professor Altair Mongrue" um estabelecimento de ensino do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

Altair Mongrue foi um professor modelo em Ponta Grossa. Fundador da Escola Técnica de Comércio Pontagrossense, fez desse estabelecimento de ensino uma ardente chama do ideal de ensinar. Exerceu o magistério em todos os graus, formando milhares de homens e mulheres que hoje exercem os mais variados cargos, enaltecendo o nosso Estado e a nossa Pátria.

Altair Mongrue exerceu o magistério por amor e com amor, constituindo-se, por esse motivo, em verdadeiro paradigma de mestre. Merece, por isto, esta homenagem que, por certo, não lhe será negada pelos senhores representantes do povo paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 207-73

Autor: Deputado ANTÔNIO LOPES JÚNIOR

PARECER

O Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, visa autorizar o Poder Executivo a denominar "Professor Altair Mongrue", um estabelecimento de ensino do Estado do Paraná.

A justificativa do eminente autor da Proposição nos convence da oportunidade da homenagem pleiteada.

Quanto ao aspecto constitucional, legal e formal, nada há a contestar.

Assim sendo, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Erondy Silvério — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 207-73

Autor: ANTÔNIO LOPES JÚNIOR

I) — A iniciativa do Projeto se nos afigura das mais justas, pois visa homenagear uma figura proeminente do magistério pontagrossense.

II) — A Comissão de Instrução Pública compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à instrução pública e particular, à educação e à cultura.

Assim sendo, nada temos a opor quanto à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em... de... de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Rosário Pitelli — Relator.

(Assinatura ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-73, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo regional, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 208-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à viúva Vanil Cardoso Caparroz, uma pensão mensal de valor correspondente a 1 (um) salário mínimo da região.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973.

(aa) Jorge Sato

Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, pelo presente Plano de Lei, conceder à viúva Vanil Cardoso Caparroz, uma pensão mensal de valor correspondente a um (1) salário mínimo da região.

A beneficianda é viúva do ex-motorista de táxi Domingos Caparroz, brutalmente assassinado em Maringá, com 38 facadas, por dois assaltantes, tendo deixado dois filhos menores completamente desamparados.

Sendo justa e sobretudo humana a medida pretendida, submetemos aos nobres Pares o presente Projeto de Lei, que certamente haverá de merecer o apoio e posterior aprovação desta Casa.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARANÁ

Distrito da Sede da Comarca de Maringá — 1.º Ofício

CEZAR HADDAD — Oficial do Registro Civil
Avenida Willie Davids, n.º 575 — Telefone 2915 — Maringá — Paraná

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que sob n.º 4.541, às fls. 142 do livro B-13, consta o assento de casamento de Domingos Caparroz com Vanil Cardoso, realizado neste distrito, em 21 de setembro de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), sendo ele nascido em Matão, Estado de São Paulo, em 14 de janeiro de mil novecentos e trinta e dois (1932), filho de Francisco Caparroz e de dona Josephina Turce, residente em este distrito.

E ela nascida em Galia, Estado de São Paulo, em 6 de julho de mil novecentos e trinta e seis (1936), filha de Fermino José Cardoso e de dona Maria Bernardina de Jesus, residente em este distrito, passando a adotar o nome de Vanil Cardoso Caparroz.

Observações: Casamento realizado sob regime de comunhão de bens.

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 20 de agosto de 1973.

CEZAR HADDAD — Oficial.

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS

RODOVIARIOS DE MARINGÁ

Rua Joubert de Carvalho, 393 - 2.º andar - Sala 6 - Fone. 2-2657 - Cx. Postal... Of. n.º 27-73

Maringá, 31 de agosto de 1973.

Ilmo. Sr. Dr. Jorge Sato — D.D. Secretário da Assembléia Legislativa
Curitiba — Paraná

O Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Maringá, por seu presidente infra assinado, vem dizer a V. Sa., que recebeu a sua amável missiva de 22 do corrente mês, pela qual V. Sa. e o Ilmo. Sr. Deputado Paulo Poli, pretendem apresentar um projeto de lei concedendo uma pensão mensal de um salário mínimo para a Sra. Vanil Cardoso Caparroz, viúva do infeliz motorista Domingos Caparroz, nosso ex-associado, vítima do bárbaro assassinato quando exercia a sua atividade.

Tratando-se de uma providência de alto alcance social, pois o finado era pobre, vivendo de seu humilde trabalho de motorista, o Sindicato e seus associados receberam com aplausos a notícia contida naquele expediente.

Agradecendo a iniciativa de V. Sa., e de seu ilustre colega Deputado Paulo Poli, tem a hora de juntar a presente uma certidão do casamento do finado Domingos Caparroz com dona Vanil Cardoso Caparroz, ocorrido em 21-09-1957, nesta cidade, certidão solicitada naquela missiva.

Atenciosas saudações,

Sylvio Bergamini — Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 208-73

Autor: Deputado JORGE SATO

Assinado pelo ilustre Deputado Jorge Sato, o Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal à viúva Vanil Cardoso Caparroz.

Como se trata de mera autorização legislativa, não há ilegalidade na aprovação da matéria.

É o parecer.

Sub-sensura.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Ovídio Franzoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 208-73

Autor: Deputado JORGE SATO

PARECER

A justificativa nos convence da justiça e do valor humano da presente proposição. Como se trata de mera autorização, esta Comissão não encontra nenhum impedimento de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys", com características que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 215-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys OV.", tipo "Jeep", ano de fabricação 1964, 6 cilindros, com 90 H.P., motor n.º BH-201.455, chassis n.º 4-5224-06.051, pertencente à Secretaria da Agricultura, por tratar-se de veículo inservível e em péssimas condições.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de veículo que, de há muito, vem prestando serviços à Municipalidade de Salto do Itararé, justificando-se, assim, a doação pretendida neste plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 215-73

Autor: Deputado GABRIEL MANOEL

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, autorizando o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys OV.", tipo "Jeep", ano de fabricação 1964, 6 cilindros, com 90 H.P., e demais especificações, pertencente à Secretaria de Agricultura, por tratar-se de veículo inservível e em péssimas condições de uso.

Tratando-se de mera medida autorizatória ao Poder Executivo, não vemos motivos para negar o acolhimento da medida proposta, pelo que opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Nelson Buffara — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 215-73, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys Overland", modelo "Jeep", ano de fabricação 1964, 6 cilindros, com 90 HP., motor n.º BH-201.455, chassis n.º 4-5224-06.051, pertencente à Secretaria de Agricultura e inservível para prestação de serviço àquele Órgão.

2. Inocorrendo implicação de ordem financeira na eventualidade da proposição vir a ser aprovada e tendo em vista o elevado interesse da Prefeitura Municipal a ser beneficiada com a concretização da medida proposta, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 11-74 — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, de diversos Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da Sessão do dia 9 do corrente, do Projeto de Lei n.º 280-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela nomeação do Dr. Newton Parodi, como Cônsul de Honras no Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro do Interior, no sentido de que sejam procedidos estudos, para que o Governo Federal tome a si a responsabilidade de implantação dos serviços necessários a urbanização e execução de inúmeras obras na cidade de Foz do Iguaçu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, bem como ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, objetivando a construção de um Grupo Escolar no Município de Matelândia, na localidade de Ramilândia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Trans.

portes, consubstanciado em apelo, a fim de que sejam estendidos os trilhos da Estrada de Ferro da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, pertencente à Rede Ferroviária Federal, de um lado até o Município de Campo do Mourão e de outro até Guaira. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 202-73, 205-73 e 206-73

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 207-73, 208-73 e 215-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 223-73 e 280-73.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para dia 9, quinta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-74. Marcando uma Sessão para sexta-feira, dia 10, à Hora Regimental, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Leis n.ºs 264-68; 98-73; 99-73; 115-73; 118-73; 123-73; 130-73; 136-73; 140-73; 180-73; 181-73; 185-73; 186-73; 187-73; 195-73; 204-73; 258-73; 287-73 e 3-74.

e uma Sessão Extraordinária para Sexta-feira, dia 10, às 9.30, horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 87-73.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ao Projeto de Lei n.º 173-73

No Art. 1.º substitua-se "fundado em Londrina" por:

"com sede na cidade de Londrina".

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível)

PRESIDENTE

Sebastião Rodrigues Junior

RELATOR

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

A O

PROJETO DE LEI N.º 173-73

Autor: — Dep. Antonio Belinati

I) — Conforme parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, esta entidade preenche as condições legais para ser declarada de Utilidade Pública.

II) — A aprovação do plano de lei em pauta, não acarreta qualquer problema de ordem financeira, razão pela qual nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23-10-73.

(Assinatura ilegível)

PRESIDENTE

Alvaro Dias

RELATOR

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 73-73, que objetiva doar ao Município de Rio Azul, área de terreno rural com 4 (quatro) alqueires, de propriedade do Estado e situada na sede do referido Município Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 177-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Rio Azul, a área de terreno que especifica, de propriedade do Estado, situada na sede do referido município.

O imóvel cuja doação foi solicitada pelo Senhor Prefeito de Rio Azul, constitui-se de uma parte da área de sete alqueires havida pelo Estado mediante escritura pública de compra e venda devidamente transcrita sob número 1.219, de 20 de setembro de 1941, no cartório competente da comarca de Rebouças.

Vale ressaltar que da área maior foi destacada uma parte que ficará reservada para futuras edificações de Órgãos da Administração Estadual, conforme estudos procedidos pelo Departamento do Patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Rio Azul, um terreno rural com área de 4 (quatro) alqueires aproximadamente, constituída de parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado próximo ao Quadro Urbano da cidade de Rio Azul, adquirido conforme escritura pública de compra e venda, lavrada no livro de notas n.º 45, fls. 163-67 do Tabelião Pedro Estival Junior, devidamente transcrita sob n.º de ordem 1.219, de 20 de setembro de 1941, da Comarca de Rebouças.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 177-73 — MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 73-73

1 — A proposição ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 73-73, encaminhada a esta Casa, para os fins constitucionais, visando autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Azul, um

terreno rural, com área de 4 (quatro) alqueires aproximadamente, constituída de parte do imóvel de propriedade do Estado, situado próximo ao Quadro Urbano da cidade de Rio Azul, transcrito sob n.º 1.219, do Livro 45, fls. 163-67, do Tabelião Pedro Estival Junior, da Comarca de Rebouças.

2 — O projeto se nos afigura oportuno e de justiça, e quanto aos aspectos legal e constitucional, objeto de estudo nesta Comissão, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Ovídio Franzoni

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 177-73, que objetiva doar ao Município de Rio Azul, área de terreno rural com 4 (quatro) alqueires, de propriedade do Estado e situada na sede do referido Município, originado da Mensagem Governamental n.º 73-73, de 09 de agosto de 1973.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se propunha pela constitucionalidade e legalidade da matéria e tendo em vista que as implicações de ordem financeira são as naturais decorrentes de tal tipo de alienação e, finalmente, ocorrendo legítimo interesse de ordem administrativa da parte do Poder Público, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 04 de 09 de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

João C. Fadel

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 177-73

1 — O presente projeto de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 73-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, o anteprojeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Azul, um terreno rural, com área de 4 (quatro) alqueires aproximadamente, constituída de parte do imóvel de propriedade do Estado, situado próximo ao Quadro Urbano da cidade do mesmo nome, adquirido por escritura pública de compra e venda, lavrada no livro de notas n.º 45, fls. 163-67, do Tabelião Pedro Estival Junior, da Comarca de Rebouças.

2. — Quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro, a presente proposição já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

PRESIDENTE

(Assinatura Ilegível)

Marciano Baraniuk

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-73, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede nesta Capital. Pareceres favorável da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 201-73

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de ... 1973.

Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, já é de todos nós conhecida, pelos inestimáveis serviços que presta às estudantes de cursos superiores de nosso Estado.

Por isso, é perfeitamente dispensável aduzirmos outras considerações em favor da medida consubstanciada neste Projeto de Lei.

ATESTADO

ATESTO, para os devidos fins, que o LAR DA ACADEMICA DE CURITIBA, com sede à Rua General Carneiro, 756, nesta Capital, com inscrição no Departamento Jurídico desta Prefeitura sob registro n.º 068, livro RH-5, n.º 003, certificado n.º 282-73, encontra-se em pleno funcionamento, sendo sua atual diretoria a seguinte:

PRESIDENTE: — Maria Florinda Silveira

1.a SECRETARIA — Terezinha de Jesus Gonçalves

1.a TESOUREIRA — Heloiza Lima Piazza.

Curitiba, 19 de junho de 1973.

Jaime Lerner

Prefeito Municipal

JUIZO DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL CURITIBA

EM 1.º de junho de 1973.

ATESTO para os devidos fins, que o Lar Acadêmica de Curitiba, entidade situada à rua General Carneiro, n.º 756-B, nesta Capital, vem funcionando com toda a regularidade em atenção aos seus fins de entidade Filantrópica declara de Utilidade Pública.

Alceu Martins Ricci

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba — Estado do Paraná

1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Reg. Civil das Pessoas Jurídicas

Rua Marechal Deodoro, 228 — Sobreloja — Fone: 24-0645

Sebastião Araújo Loures

Oficial

Glaci M. Meister Sutil

Oficial Maior

Escreventes

Sebastião Mendes Camargo

Ademar José Sieradzki

José Mendes Camargo

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo neste Cartório o Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, do mesmo, consta que sob n.º de ordem 1.809 com data de 28 de junho de 1967, encontra-se registrado os Estatutos de "O Lar da Acadêmica de Curitiba" estando seus documentos devidamente arquivados neste Cartório.

O referido é verdade e dou fé

Curitiba, 28 de maio de 1973.

GLACI M. MEISTER SUTIL — Oficial Maior

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA Departamento Jurídico

CERTIFICADO de Registro em conformidade com as disposições do Decreto Municipal n.º 47, de 10 de janeiro de 1963.

Registro n.º 068 Livro n.º RH-5 Folha n.º 003 Certificado n.º 282-73.

O Departamento Jurídico, da Prefeitura Municipal de Curitiba, tendo examinado, em face do Decreto n.º 47, de 10 de janeiro de 1963, as condições gerais da habilitação de Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede a Rua General Carneiro, 756 — B. n.º na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

CERTIFICA que a mesma se acha inscrita e registrada, no seu livro próprio e folha acima mencionadas, tendo para isso apresentado os documentos legais, enunciados, no verso deste certificado.

CERTIFICA ainda que, depreendentemente do comprovante dos apresentados, assina(m) em nome da referida firma, o(s) sr.(s) Maria Florinda Silveira (Presidente).

O presente certificado é válido até 31-03-1974 ficando a mesma entidade habilitada, referentemente à recebimento de atestados de funcionamento, bem como, de auxílios e subvenções da Municipalidade, para cuja finalidade é específico o Registro neste em referência.

Curitiba, 31 de maio de 1973.

GLADSTON ZANOTTO — Encarregado do Registro de Firmas

De acordo

DIVA M. DA LUZ — Chefe de Seção

Visto:

ERNANI DE ASSIS CORREA FILHO — Consultor Jurídico.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Secretaria Geral

CERTIDÃO N.º 377-73

Eu, Secretário-Geral Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, CERTIFICO, de conformidade com o despacho exarado pelo Ex. celentíssimo Senhor Presidente no protocolado n.º 6301, de 10 de agosto de 1973, em que é interessado o Lar da Acadêmica de Curitiba, no qual requer Certidão Negativa de auxílios recebidos, que, a referida Entidade nada tem a comprovar neste Tribunal, relativamente a auxílios ou subvenções recebidos do Governo do Estado, até a presente data, conforme informação de folhas 3 do protocolado acima citado, da Diretoria de Contabilidade deste Órgão. Do que, para constar, extraí a presente Certidão, a qual me reporto e dou fé. E eu Adolpho Ferreira de Araújo, Secretário-Geral Substituto, a subscrevi, conferi e assino. Curitiba, quatorze de agosto de hum mil novecentos e setenta e três.

ADOLPHO FERREIRA DE ARAUJO — Secretário-Geral Substituto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA ATESTADO

ATESTO, para os devidos fins, que o LAR DA ACADEMICA DE CURITIBA, com sede a rua General Carneiro, 756, nesta Capital, com inscrição no Departamento Jurídico desta Prefeitura sob registro n.º 068, livro RH-5, folha n.º 003, certificado n.º 282-73, sendo uma entidade filantrópica não conta com recursos próprios para sua manutenção.

Curitiba, 10 de julho de 1973.

JAIME LERNER — Prefeito Municipal

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 201-73

1 — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Arizone Araújo, visa declarar de utilidade pública o "Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — A presente proposição se nos afigura oportuna e necessária, dada as razões apresentadas pelo seu nobre autor, na justificação e documentação que acompanha a mesma, daí entendermos não haver qualquer impedimento que se lhe possa antepor tanto de ordem legal ou constitucional.

3 — Face ao exposto, nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator

seis as. ilegíveis

PARECER

Comissão de Finanças

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Arizone Araujo, que declara de utilidade pública o Lar da Academica de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, Pr.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria e, de sua eventual aprovação não incorrendo nenhuma implicação de ordem financeira, não vê esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado. Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

JOÃO C. FADEL — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 03-74, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior — CECEX, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 3-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná — CECEX, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.3-74.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná, que se pretende declarar de utilidade pública pelo presente projeto de lei, é uma sociedade civil, registrada no Cartório do 1.º Registro de Títulos e Documentos, sob n.º 156192 — Livro A, tendo por finalidade precípua o desenvolvimento da cultura e a formação de profissionais competentes.

Dentre as metas básicas do CECEX, pode-se destacar, entre outras, a difusão da cultura, a expansão do ensino em todos os graus a assistência social etc.

Considerando-se a grande preocupação do Governo em imprimir uma dinâmica eficiente no processo de desenvolvimento sócio-cultural brasileiro, o CECEX, que pugna pelo aprimoramento da cultura da nossa juventude, por certo haverá de prestar valiosíssima contribuição para que essa meta seja atingida.

Por último, salienta-se que o CECEX é uma entidade sem fins lucrativos, cujos cargos de direção são exercidos gratuitamente.

Este é o plano de lei que, esperamos, seja acolhido pelos nossos ilustres pares e, finalmente obtenha sua aprovação.

CENTRO DE ESTUDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ

C E C E X

CURITIBA — PARANÁ

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Da Contribuição e dos Fins

Art. 1.º — Com a denominação de Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná — CECEX — fica fundada aos cinco dias do mês de fevereiro de 1974, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, uma sociedade civil, com tempo indeterminado tendo por finalidade:

- Difusão da cultura;
- Expansão do ensino em todos os graus;
- Pugnação pelo aprimoramento da cultura da juventude brasileira;
- Assistência Social.

Art. 2.º — A entidade mantém cursos de nível superior podendo, ainda, manter cursos especiais e ligados a planos de assistência social nos diversos setores da entidade, atendidas as prescrições legais.

Art. 3.º — No empenho de melhor atingir suas finalidades, a Entidade buscará sempre contato com outras congêneres, grandes organizações econômicas, bem como deverá promover trabalhos e pesquisas de caráter cultural, técnico e científico.

Art. 4.º — Tendo por fim desenvolver a cultura, formar profissionais competentes, a sociedade não visa lucros e seus cargos de direção são exercidos gratuitamente.

CAPÍTULO II

Da Administração

Art. 5.º — A Entidade é administrada por:

- Uma Assembleia Geral;
- Uma Diretoria;
- Um Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral

Art. 6.º — A Assembleia é constituída por todos os sócios que integram a Instituição (CECEX).

Art. 7.º — A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, na primeira quinzena do mês de dezembro, para tomar as contas, o relatório e o projeto do orçamento apresentados pela Diretoria do CECEX.

Parágrafo Único — Extraordinariamente reunir-se-á a Assembleia sempre que convocada pelo Presidente da Diretoria, ou quando dois terços (2/3), pelo menos, dos seus membros o requererem.

Art. 8.º — A Assembleia Geral compete:

- Discutir e deliberar sobre pareceres do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre a dissolução do CECEX;
- Decidir sobre a aquisição e alienação de bens móveis e imóveis do CECEX;
- Constituir comissões especiais, inclusive para apurar responsabilidades;
- Eleger a Diretoria do CECEX e admitir novos sócios;
- Deliberar sobre concessão de títulos honoríficos;
- Exercer as demais atribuições de sua competência, por força de lei ou deste Estatuto;

h) Eleger a Diretoria do CECEX.

Parágrafo Único — Com referência ao item "c" as decisões somente serão consideradas aprovadas pelo voto de, pelo menos, dois terços (2/3) dos presentes.

Art. 9.º — Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, salvo caso de disposição expressa em contrário.

Art. 10.º — A convocação da Assembleia Geral será feita pelo Presidente da Diretoria do CECEX, por convite escrito ou mediante publicação de edital pela imprensa local, por três (3) dias consecutivos e, a não ser em casos especiais, neles virão indicados os fins da reunião.

§ 1.º — Das Reuniões da Assembleia Geral serão lavradas atas que deverão ser assinadas por todos os presentes.

§ 2.º — As reuniões somente poderão ser efetuadas com a presença de no mínimo um terço (1/3) dos sócios do CECEX.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria

Art. 11.º — A Diretoria é composta por quatro (4) membros, escolhidos entre os sócios eleitos em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Único — A Diretoria é eleita por escrutínio secreto, sendo considerados eleitos os membros que obtiverem maioria de votos.

Art. 12.º — O mandato da Diretoria é de dois (2) anos, podendo ser reeleita.

Art. 13.º — A Diretoria é composta de:

- Um Presidente
- Um Vice-Presidente
- Um Secretário
- Um Tesoureiro.

Art. 14.º — Ao Presidente compete:

- Representar o CECEX em Juízo e fora dele;
- Admitir, movimentar e dispensar funcionários administrativos, atendidas as prescrições regulamentares;
- Superintender a fiscalização de todos os serviços, bem como a escrituração contábil da Entidade;
- Baixar instruções sobre os serviços do CECEX;
- Convocar e presidir reuniões e assembleias, tendo nelas apenas direito ao voto de minerva;
- Receber, em nome da Entidade, legados auxílios e subvenções de particulares ou dos Poderes Públicos, podendo assinar contratos, acordos convênios e o que mais preciso for; firmar compromissos passar recibos e dar quitações;

g) Propor ao Conselho Fiscal do CECEX o orçamento anual;

h) Constituir procurador para tratar de assuntos de interesse do CECEX.

Art. 15.º — Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em todas as suas ausências e impedimentos.

Art. 12.º — Ao Secretário compete:

- Lavar as atas de reuniões em livro próprio;
- Fazer toda e qualquer correspondência do CECEX;
- Tomar sob sua guarda o material de expediente do CECEX.

Art. 17.º — Ao Tesoureiro compete:

- Receber e registrar em livro próprio toda e qualquer arrecadação pecuniária devida à Entidade;
- Efetuar pagamento de contas e demais encargos do CECEX autorizados pelo Presidente;
- Apresentar relatórios periódicos do movimento de caixa.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Art. 18.º — O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador, é constituído por três membros do CECEX, escolhidos entre os sócios, eleitos em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1.º — São considerados inelegíveis os sócios do CECEX que integram a sua Diretoria.

§ 2.º — O Conselho Fiscal é eleito juntamente com a Diretoria do CECEX, por escrutínio secreto, sendo considerados eleitos os membros que obtiverem maioria de votos.

Art. 19.º — O mandato do Conselho Fiscal é de dois (2) anos podendo ser reeleito.

Parágrafo Único — O mandato do Conselho Fiscal deve coincidir com o da Diretoria.

Art. 20.º — Ao Conselho Fiscal compete:

- Opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos;
- Verificar as contas e dar parecer sobre o balanço e o orçamento anuais do CECEX.

CAPÍTULO VI

Dos Sócios do CECEX

Art. 21.º — São sócios fundadores do CECEX todos aqueles que assinaram a ata da constituição da referida instituição.

Art. 22.º — A instituição pode admitir novos sócios, desde que aprovados pela Assembleia Geral, visando o aumento do fundo de manutenção.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio do CECEX

Art. 23.º — O patrimônio social é representado por fundo de manutenção no montante de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), constituídos e integralizados pelos sócios, em partes iguais, bem como pelos bens móveis e imóveis que já possui e que vier a possuir.

Art. 24.º — Em caso de dissolução da Entidade mediante deliberação pelo voto da maioria absoluta em Assembleia Geral, o patrimônio social passará a uma Entidade congênera, atendidos os compromissos existentes e a legislação em vigor.

Art. 25.º — O patrimônio social é distinto dos sócios, que não respondem subsidiária nem solidariamente pelas dívidas e obrigações da Entidade.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 26.º — O CECEX deverá criar uma cooperativa de consumo, a ser regida por estatuto próprio, para atendimento aos seus membros, professores, alunos e funcionários das unidades escolares.

Parágrafo Único — O lucro da Cooperativa de que trata este artigo será revertido para fins educacionais.

Art. 27.o — Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia do CECEX.

Art. 28.o — O presente Estatuto poderá ser alterado pela Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, por dois terços (2/3) no mínimo dos votos dos sócios.

Art. 29.o — Aprovado pela Assembléia Geral e cumpridas as demais formalidades, o presente Estatuto entra em vigor.

Curitiba, 8 de fevereiro de 1974.

as. ilegível

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao

Projeto de Lei n.o 3-74

1 — Visa o presente projeto de autoria do ilustre deputado João Mansur, declarar de utilidade pública o "Centro de Estudos de Comércio Exterior" CECEX, com sede e foro nesta Capital.

2 — A simpatia de que a medida se faz credora, face ao seu profundo alcance, leva-nos a acolher a presente proposição no âmbito desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974

as. ilegível — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

quatro as. ilegíveis.

PARECER

Comissão de Finanças

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.o 3-74, de autoria do nobre Deputado João Mansur, que declara de Utilidade pública o "Centro de Estudos de Comércio Exterior — CECEX", com sede e foro nesta Capital. Pr.

2. A douda Comissão de Constituição e Justiça, em seu R. Parecer de fls. já pronunciou-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria e incorre, na eventualidade de sua aprovação quaisquer implicações de ordem financeira, pelo que, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, não tem como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

! Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1974.

as. ilegível — Presidente

JOÃO C. FADEL — Relator

duas as. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pintor Arthur Nísio. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Ex-

pediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 27.o aniversário do Município de Mandaguari. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20.o aniversário de instalação do Município de Alto Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo 47.o aniversário de Fundação da Sociedade Beneficente Universal de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n.o 23-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e aplausos ao Sr. Luiz Renato Malucelli, pela sua atuação que vem desenvolvendo à frente da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a implantação de pavimentação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Antonina e Guaraqueçaba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar à Secretaria de Segurança Pública, a efetivação de diligências e de ação policial preventiva contra atividades ilegais de quadrilheiros que, armados vêm promovendo a expulsão dos pequenos sítiantes da zona rural de Guaraqueçaba e dos Distritos de Tagaça e Serra Negra, também daquele Município, solicitando outrossim, seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Coronel Clóvis Cunha Vianna, Diretor da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado, quanto à situação legal daquelas glebas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, visando providências para a pronta conclusão das obras de construção do "Contorno de Cambé". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente da Telepar, visando à instalação de uma rede telefonica no Município de Mallet. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 162-73, 143-73, 159-73 e 171-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 173-73, 177-73, 201-73, 3-74 e 18-74.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 202-73, 205-73 e 206-73.

Levanta-se a Sessão.